

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA  
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES**

**INCONFIDENTES**  
**Março/2022**

---

**Prefeita Municipal**

---

Rosângela Maria Dantas

CPF: 533.618.226-53

---

---

**Controle Interno**

---

Marçal Costa Tunes

CPF: 984.354.266-53

---

# Índice

**1. Apresentação**

**2. Introdução**

**3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual**

**4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária**

**5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira**

**6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial**

**7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito**

**8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar**

**9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal**

**10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes**

**11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município**

**12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos**

**13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo**

**14. Aplicação de recursos públicos realizada por Entidades de Direito Privado**

**15. Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado**

**16. Sindicâncias, processos administrativos, disciplinares e tomadas de contas instauradas**

**17. Participação do município em consórcio público**

**18. Cumprimento dos prazos de encaminhamento de informações por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM**

**19. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais ao Instituto Nacional do Seguro Social**

**20. Avaliação do Inventário Anual**

**21. Parecer conclusivo**

## **1. Apresentação**

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), art. 42 a 44 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 04/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), ao art. 117 da Lei Orgânica Municipal, combinada com os artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964, apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do Exercício de 2021.

## 2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2021 deixou evidenciado, mais uma vez, a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando a medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se, durante o ano de 2021, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação das receitas, a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e, dessa forma, também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas públicas, zelando também pela gestão dos processos desta administração.

### **3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual**

O Plano Plurianual (PPA) foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrente do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive, a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionaram-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- A meta atingida foi a meta proposta?
- Não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- A ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também foi considerada a arrecadação de nosso Município, que se efetivou de modo esperado, sendo, portanto, suficiente para dar cumprimento ao Plano Plurianual.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO, selecionou-se dentre os programas e ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Dessa forma, a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/1964, na LRF e demais legislações.

### 3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresenta-se, a seguir, a avaliação do PPA, a qual remete também para a avaliação do cumprimento das prioridades relacionadas na LDO e ações previstas na LOA.

Quadro 1

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E NA LDO E AÇÕES PREVISTAS NA LOA								
EXERCÍCIO DE 2021								
AÇÕES/METAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO CONTEMPLADAS DO ORÇAMENTO	PRIORITÁRIO		REALIZAÇÃO			VALOR		POPULAÇÃO ATENDIDA
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	PARCIAL	PREVISTO (R\$)	REALIZADO EMPENHADO (R\$)	
<b>Câmara Municipal</b>								
Reforma e Ampliação da Câmara		X	X			27.300,00	35.147,44	
Manutenção das Atividades do Corpo Legislativo		X	X			364.874,00	343.940,97	7.387
Manutenção das Atividades Câmara Mirim		X		X		1.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades das Secretarias		X	X			471.012,00	403.431,87	7.387
Manutenção de Publicidades e Divulgações Oficiais		X	X			4.290,00	3.850,00	
Fornecimento de Cestas Básicas para Servidores		X	X			0,00	1.290,00	
<b>Prefeitura Municipal</b>								
Cumprimento das Obrigações de Sentenças Judiciais		X	X			3.000,00	7.179,23	
Folha de Pagamento de Inativos e Pensionistas		X	X			82.850,00	85.910,50	
Encargos/Amortizações de Operações de Crédito		X	X			481.500,00	499.344,95	

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP		X	X			225.750,00	283.708,29	
Manutenção do Convênio com o Tribunal de Justiça		X	X			44.400,00	43.355,46	
Transferência a AMM- Associação Mineira de Municípios		X	X			0,00	4.960,00	
Transferência a CNM- Conferência Nacional de Municípios		X	X			0,00	5.528,00	
Manutenção do Convênio com a Polícia Civil		X	X			65.620,00	65.237,44	7.387
Manutenção do Convênio com a Polícia Militar		X	X			47.000,00	43.009,67	7.387
Construção /Reforma Edificações Públicas Municipais		X		X		50.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades do Gabinete da Prefeita		X	X			281.780,00	214.923,42	
Manutenção de Homenagens, Recepções e Festividades		X	X			6.000,00	8.275,70	
Manutenção das Atividades do Controle Interno		X	X			80.170,00	80.201,69	
Manutenção das Atividades de Assessoria Jurídica		X	X			172.880,00	169.666,22	
Manutenção das Atividades do Departamento de Administração		X	X			959.600,00	863.766,94	7.387
Fornecimento de Energia Elétrica		X	X			350.000,00	373.140,31	
Publicidade Institucional de Divulgações Oficiais		X	X			17.000,00	30.816,00	
Manutenção das Atividades do Telecentro		X	X			1.200,00	1.068,00	100

Manutenção das Atividades do Departamento de Licitações		X	X			204.600,00	188.376,65	
Publicações do Departamento de Licitações		X	X			24.000,00	4.268,49	
Manutenção Atividades do Setor de Tributação e Fiscalização		X	X			131.000,00	179.860,93	
Manutenção Atividades do Setor de Contabilidade e Tesouraria		X	X			296.450,00	257.912,51	
Manutenção das Atividades da Administração Escolar		X	X			300.110,00	119.798,78	556
Manutenção das Atividades Administrativas da Saúde		X	X			233.130,00	167.309,33	7.387
Manutenção das Atividades Administrativas do Departamento de Obras		X	X			270.800,00	256.530,16	
Auxílio Alimentação para os Servidores Municipais		X	X			258.000,00	195.895,33	
Auxílio Alimentação para os Servidores da Educação		X	X			318.000,00	256.873,61	
Auxílio Alimentação para os Servidores da Saúde		X	X			237.000,00	175.192,31	
Participação do Município no Consórcio AMESP		X	X			24.271,92	24.271,92	7.387
Concessão de Cestas de Natal aos Servidores		X	X			0,00	71.000,00	
Manutenção das Atividades da Creche Municipal		X	X			345.370,00	247.217,31	45
Fornecimento de Uniforme para a Creche Municipal		X		X		2.000,00	0,00	

Manutenção das Atividades da Creche Municipal – FUNDEB		X	X			288.350,00	122.007,23	45
Manutenção da Educação Especial em Creche – FUNDEB		X		X		4.700,00	0,00	
Construção/Reforma Escola Pública de Educação Infantil		X		X		10.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades da Educação Infantil		X	X			282.350,00	274.944,31	205
Fornecimento de Uniformes para a Educação Infantil		X		X		5.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades da Educação Infantil – FUNDEB		X	X			728.640,00	663.276,21	205
Manutenção da Educação Especial Infantil – FUNDEB		X		X		14.150,00	0,00	
Construção/Reforma de Escolas Ensino Fundamental		X		X		30.000,00	0,00	
Manutenção Atividades do Ensino Fundamental		X	X			413.330,00	581.793,01	351
Fornecimento de Uniformes para o Ensino Fundamental		X		X		5.000,00	0,00	
Manutenção da Educação Especial – Fundamental		X		X		12.000,00	0,00	
Equipamentos/Materiais Permanentes para Educação Infantil - Creches		X	X			0,00	67.568,67	45
Equipamentos/Materiais Permanentes para Pré - Escola		X	X			0,00	168.629,67	160
Equipamentos/Materiais Permanentes para Ensino Fundamental		X	X			0,00	451.493,21	309
Equipamentos/Materiais Permanentes para Educação Especial		X	X			0,00	52.350,00	28

Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – FUNDEB		X	X			1.368.350,00	1.379.778,59	351
Manutenção da Educação Especial Fundamental - FUNDEB		X	X			593.660,00	524.550,66	351
Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar		X		X		353.500,00	0,00	
Manutenção do Transporte Escolar para Creche		X		X		10.000,00	0,00	
Manutenção do Transporte Escolar Educação Infantil		X	X			172.000,00	14.043,10	77
Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental		X	X			560.300,00	285.218,47	259
Manutenção do Transporte Escolar Educação Especial		X	X			45.000,00	7.007,66	16
Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio		X	X			277.230,00	43.523,08	799
Manutenção do Transporte Escolar Universitário		X	X			177.340,00	87.764,19	68
Manutenção do Transporte Escolar – FUNDEB		X	X			10.000,00	1.510,56	336
Manutenção do Fornecimento de Merenda Escolar		X	X			32.350,00	15.955,62	556
Fornecimento de Merenda Escolar para Creche		X	X			44.520,00	20.630,58	45
Fornecimento de Merenda Escolar para Educação Infantil		X	X			31.210,00	47.159,24	205
Fornecimento de Merenda Escolar para Ensino Fundamental		X	X			117.890,00	105.166,13	351
Transferência CISAMESP – Consórcio Intermunicipal de Saúde		X	X			108.500,00	122.709,99	7.387

Transferência Financeira a Casa de Caridade de Ouro Fino	X		X			1.080.000,00	1.230.000,00	7.387
Construção/Reforma de Unidades Básicas de Saúde		X		X		510.000,00	0,00	
Aquisição de Veículos para Serviços de Saúde		X		X		320.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades das Unidades de Saúde	X		X			2.740.730,00	2.625.316,48	7.387
Manutenção das Atividades do Programa Mais Médicos		X	X			54.000,00	48.000,00	7.387
Manutenção das Atividades de Saúde Especializada		X	X			53.560,00	194.277,76	7.387
Manutenção da Rede de Urgência e Emergência		X	X			28.299,45	28.299,45	7.387
Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	X		X			514.260,00	450.383,77	7.387
Estratégia da Regionalização da Assistência Farmacêutica		X		X		105.000,00	0,00	
Manutenção do Tratamento fora do Domicílio –TFD		X	X			5.000,00	599,00	1
Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde		X	X			57.000,00	78.216,38	7.387
Manutenção dos Serviços de Estratégia Saúde da Família	X		X			831.240,00	743.559,76	7.387
Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde		X	X			443.400,00	478.622,99	7.387
Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária		X	X			104.700,00	95.239,19	7.387
Manutenção das Atividades de Vigilância em Saúde	X		X			113.700,00	67.981,69	7.387

Transferências Financeiras a APAE de Ouro Fino		X	X			96.120,00	96.120,00	53
Transferência a Sociedade Guarda Mirim Mário Alfredo Teodoro		X	X			40.000,00	40.000,00	56
Transferência Financeira a Fundação Carlos Silvério da Rocha		X		X		18.000,00	0,00	
Transferência Financeira a Associação Recanto do Quincas		X	X			15.060,00	15.060,00	
Transferência Financeira ao Abrigo São Vicente de Paulo		X	X			0,00	60.500,00	10
Construção de Habitações de Interesse Social		X		X		50.000,00	0,00	
Aquisição de Veículo para a Assistência Social		X		X		5.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades Administrativas da Assistência Social		X	X			98.730,00	88.191,87	3.027
Manutenção das Atividades de Assistência Social		X			X	43.800,00	2.222,34	3.027
Manutenção dos Serviços Assistenciais do SÓCIO do CRAS	X		X			194.710,00	274.775,59	3.027
Benefícios Eventuais da Assistência Social/P.A.I	X		X			71.000,00	452.963,67	546
Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar		X	X			108.000,00	101.893,90	1.824
Atividades para realização do Natal das Crianças		X	X			22.000,00	44.443,30	900
Auxílio Alimentação para Servidores da Assistência Social		X	X			33.000,00	26.261,37	
Fomento as Atividades para Industrialização		X		X		24.000,00	0,00	

Transferência Financeira a Associação Circuito Turístico das Malhas Sul Minas		X	X			8.500,00	8.000,00	
Transferência Financeira a Associação dos Amigos do Caminho da Fé		X	X			5.000,00	4.604,04	
Manutenção Atividades do Setor Indústria Comércio e Turismo		X	X			58.850,00	183.856,39	7.387
Manutenção da Realização Festas do Município		X	X			205.000,00	45.987,58	7.387
Transferência Financeira Associação de Radiodifusão de Inconfidentes		X	X			25.060,00	15.060,00	
Manutenção das Atividades do Setor de Cultura		X	X			77.000,00	58.024,92	
Manutenção Atividades e Festividades Culturais		X	X			255.000,00	4.346,54	7.387
Construção/Reforma de Campo de Futebol		X	X				39.761,64	556
Construção/Reforma de Quadras de Esporte		X		X		65.180,00	0,00	
Construção/Reforma do Complexo Esportivo		X		X		25.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades Departamento de Esporte e Lazer		X	X			188.900,00	160.853,46	700
Transferência Financeira Consórcio Intermunicipal Resíduos Sólidos		X	X			12.448,80	12.448,80	
Transferência Financeira Associação Catadores Materiais Recicláveis		X		X		20.000,00	0,00	

Projeto Conservador do Mogi		X	X			12.000,00	6.121,04	
Construção de Estação de Tratamento de Esgoto		X		X		800.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades de Gestão Ambiental		X			X	55.743,83	1.892,32	7.387
Manutenção das Atividades de Saneamento Rural		X	X			10.000,00	4.510,70	3.454
Manutenção das Atividades de Saneamento Urbano		X	X			30.000,00	26.878,54	3.933
Manutenção da Destinação Final de Resíduos Sólidos		X		X		180.000,00	0,00	
Apoio Programa Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-MG		X	X			68.000,00	78.392,93	870
Aquisição de Patrulha Mecanizada		X		X		470.000,00	0,00	
Manutenção do Departamento de Agricultura e Gestão Ambiental		X	X			117.450,00	103.527,63	7.387
Manutenção do Programa de Apoio ao Produtor Rural		X	X			240.000,00	296.513,97	3.454
Obras de Infraestrutura Urbana		X			X	550.000,00	37.770,50	3.933
Construção de Terminal Rodoviário Municipal		X		X		11.800,00	0,00	
Construção de Lago/Centro de Lazer		X		X		50.000,00	0,00	
Construção de Espaço de Lazer e Convivência		X		X		5.000,00	0,00	
Manutenção das Atividades de Viação e Urbanismo		X	X			618.900,00	742.551,99	3.933
Manutenção do Controle e Segurança de Trânsito		X			X	10.050,00	2.469,20	3.933

Manutenção de Monitoramento da Segurança Pública		X	X			18.000,00	16.560,00	3.933
Aquisição de Caminhões e Máquinas Pesadas		X		X		252.500,00	0,00	
Obras de Infraestrutura Rural		X			X	420.000,00	112.790,46	3.454
Manutenção das Atividades de Estradas Vicinais		X	X			1.034.430,00	923.309,44	3.454
Obras no Sistema de Iluminação Pública		X		X		280.950,00	0,00	
Aquisição de Caminhão Pipa		X		X		15.000,00	0,00	
Manutenção do Sistema de Iluminação Pública		X	X			50.000,00	38.691,28	3.933
Manutenção das Atividades de Limpeza Pública		X	X			253.600,00	223.206,18	7.387
Manutenção das Atividades do Velório e do Cemitério		X	X			43.800,00	47.033,37	7.387
Manutenção de Serviços de Telecomunicações		X	X			44.000,00	36.830,00	1.000
Reserva de Contingência		X		X		45.200,00	0,00	
<b>Total</b>						<b>26.490.000,00</b>	<b>21.224.261,04</b>	

**Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.**

**Considerou-se a população estimada 2021. Fonte: IBGE, estimativa da população residente com data de referência 1º de julho de 2020, Portaria nº PR-268 de 26/08/2021, publicada no Diário Oficial da União em 27/08/2021.**

As ações executadas pelo Município no Exercício de 2021 foram voltadas à manutenção de atividades, investimentos e combate ao COVID 19.

Alguns repasses de recursos a entidades não foram efetivados, entre eles: Fundação Carlos Silvério da Rocha e Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Destaca-se também que, em virtude da pandemia do COVID 19, algumas ações comumente programadas e realizadas durante todo o exercício ocorreram esporadicamente somente em alguns meses, com cancelamentos, restrições e readaptações, de acordo com aumento ou diminuição do fluxo de infectados do município. Dentre elas: o funcionamento presencial do telecentro, das escolas, eventos e atividades dos Departamentos de Esporte e Lazer, Educação, Saúde, Assistência Social e Indústria, Comércio e Turismo e Cultura.

Em relação as metas e prioridades da Administração Municipal elencadas na Lei de Diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2021, constatou-se que todas foram realizadas, sendo elas: transferência a Casa de Caridade de Ouro Fino; manutenção das atividades das unidades de saúde; manutenção das atividades de assistência farmacêutica; manutenção dos serviços de estratégia da família; manutenção das atividades de vigilância em saúde; manutenção dos serviços sócio assistenciais do CRAS e benefícios eventuais da Assistência Social/P.A.I.

Estão sendo realizados estudos acerca da viabilidade e continuidade das obras de construção da Escola no Bairro Boa Ventura e da Policlínica Municipal, que se encontram paralisadas devido à falta de repasses de recursos dos governos federal e estadual.

Ações previstas para serem executadas nesse exercício não foram concebidas por opção administrativa ou pela não efetivação da receita da maneira esperada, em especial em relação às obras, uma vez que sua realização estava atrelada a convênios que não foram celebrados ou pelas transferências de recursos não terem sido feitas no exercício.

Dentre as ações que não foram executadas fazem parte: manutenção das atividades da Câmara Mirim; construção/reforma de edificações públicas municipais; fornecimento de uniformes para a creche municipal; manutenção da educação especial em creche – FUNDEB; construção/reforma de escola pública de educação infantil; fornecimento de uniformes para a educação infantil; manutenção da educação especial infantil – FUNDEB; construção /reforma de escolas do ensino fundamental; fornecimento de uniformes para o ensino fundamental; manutenção da educação especial – fundamental; construção/reforma de escolas do ensino fundamental; fornecimento de uniformes para o ensino fundamental; manutenção da educação especial-fundamental; aquisição de veículos para o transporte escolar; manutenção do transporte escolar para a creche; construção/reforma de unidades básicas de saúde; aquisição de veículos para serviços de saúde; estratégia da regionalização assistência farmacêutica, construção de habitações de interesse social; aquisição de veículo para a assistência social; fomento das atividades para industrialização; construção/reforma de quadras de esporte; construção/reforma de complexo esportivo; construção de estação de tratamento de esgoto; manutenção da destinação final de resíduos sólidos; aquisição de patrulha mecanizada; construção de terminal rodoviário; construção de lago/centro de lazer; construção de espaço de lazer e convivência; aquisição de caminhões e máquinas pesadas; obras do sistema de iluminação pública e aquisição de caminhão pipa. A manutenção das atividades de assistência social ficou restrita apenas aos serviços de telefonia fixa, dedetização do prédio e sonorização com veículo para a divulgação das ações do Natal Solidário; a manutenção das atividades de gestão ambiental concentrou-se na confecção de adesivos para conscientização da preservação e cuidados com a água e pagamento a perita Stella Quaglia Junqueira de Luca, designada pelo TJMG, para vistoria do descarte irregular de lixo às margens do Rio Mogi Guaçu; em relação as obras de infraestrutura urbana projetadas, realizou-se, somente, o calçamento da Rua Valdemar dos Santos Ferreira; a manutenção do controle de trânsito restringiu-se a demarcação e instalação de placas de sinalização de vias urbanas do município e as obras de infraestrutura rural ficaram condicionadas ao calçamento no Bairro Monjolinho. A reserva de contingência não precisou ser utilizada.

A Administração Municipal deu ênfase à manutenção e ampliação de atividades e ações. Algumas ações tiveram gastos acima do previsto, das quais se destacam: reforma e ampliação da Câmara; cumprimento das obrigações judiciais; programa de formação do Patrimônio do Servidor Público PASEP; fornecimento de energia elétrica; publicidade institucional e divulgações oficiais; manutenção das atividades do Setor de Tributação e Fiscalização; manutenção das atividades do ensino fundamental; transferência ao CISAMESP – Consórcio Intermunicipal de Saúde; transferência financeira a Casa de Caridade de Ouro Fino; manutenção das atividades de saúde especializada; segurança alimentar e nutricional na saúde; manutenção das atividades dos agentes comunitários de saúde; benefícios eventuais da assistência Social – P.A.I.; atividades para a realização do Natal das Crianças, manutenção das atividades do Setor de Indústria, Comércio e Turismo; apoio ao Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – MG; manutenção do programa de apoio ao produtor rural; manutenção das atividades de viação e urbanismo.

Devem também ser ressaltadas ações não planejadas, porém realizadas, como: fornecimento de cestas básicas para servidores da Câmara Municipal; transferência a AMM – Associação Mineira dos Municípios; transferência a CNM – Conferência Nacional de Municípios; concessão de cesta de Natal aos servidores; equipamentos/materiais permanentes para educação infantil – creches; equipamentos/materiais permanentes para pré-escola; equipamentos/materiais permanentes para ensino fundamental; equipamentos/materiais permanentes para educação especial; transferência financeira ao Abrigo São Vicente de Paulo; construção/reforma de campos de futebol, gerando custos que inicialmente não estavam previstos.

### **3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário**

Demonstra-se no quadro a seguir, a avaliação das Metas Fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do Exercício de 2021, estabelecidas na LDO, conforme § 1º do art. 4º, da LRF:

Quadro 2

<b>AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDO EXERCÍCIO DE 2021</b>		
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>META ESTABELECIDADA</b>	<b>REALIZADA</b>
Receita Total	26.490.000,00	28.370.834,75
(-) Aplicações Financeiras	35.710,00	216.577,56
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Receitas de Alienação de Ativos	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
<b>= RECEITA FISCAL (I)</b>	<b>26.454.290,00</b>	<b>28.154.257,19</b>
Despesa Total	26.490.000,00	21.224.261,04
(-) Juros e Encargos da Dívida	65.000,00	107.094,98
(-) Amortização da Dívida	417.330,98	393.080,95
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Títulos de Capital já integralizados	0,00	0,00
<b>= DESPESA FISCAL (II)</b>	<b>26.007.669,02</b>	<b>20.724.085,11</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>446.620,98</b>	<b>7.893.330,81</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta. Para obter o resultado primário foram consideradas as despesas empenhadas no exercício.

Foi estabelecido o valor de R\$ 446.620,98 (quatrocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e vinte reais e noventa e oito centavos) como meta de resultado primário a ser atingida no decorrer do Exercício de 2021. Ao final do exercício tal resultado foi apurado no valor de R\$ 7.893.330,81 (sete milhões, oitocentos e noventa e três mil, trezentos e trinta reais e oitenta e um centavos).

### 3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstra-se no quadro a seguir a apuração do Resultado Nominal alcançado no Exercício de 2021, comparando-o com a meta estabelecida na LDO, conforme determina § 1º, do art. 4º, da LRF:

Quadro 3

<b>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ALCANÇADO E DA META ESTABELECIDNA NA LDO EXERCÍCIO DE 2021</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Realizado em 2020</b>	<b>Previsão para 2021</b>	<b>Realizado em 2021</b>
<b>Dívida Fundada</b> (Exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental, conforme determina o § 2º, do art. 1º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal)	229.648,75	126.334,39	0,00
<b>(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos</b>	0,00	0,00	0,00
<b>(+) Operações de crédito</b> (Com prazo inferior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)	0,00	0,00	0,00
<b>= Dívida Consolidada</b>	<b>229.648,75</b>	<b>126.334,39</b>	<b>0,00</b>
<b>(-) Total do Ativo Disponível</b>	1.500.000,00	1.515.000,00	0,00
<b>(-) Haveres Financeiros</b>	0,00	0,00	0,00
<b>(+) Restos a Pagar Processados</b>	1.000.000,00	200.000,00	421.002,44
<b>= Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>-270.351,25</b>	<b>-1.188.665,61</b>	<b>421.002,44</b>
<b>(+) Receitas de Privatizações</b>	0,00	0,00	0,00
<b>(-) Passivos Reconhecidos</b>	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida</b>	-270.351,25	-1.188.665,61	421.002,44
<b>(-) Restos a Pagar Processados 2020</b>			253.427,04
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		<b>-988.750,00</b>	<b>167.575,40</b>

**Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, mas foram deduzidos os valores das dívidas entre as entidades municipais.**

Foi estabelecido o valor de R\$ -988.750,00 (novecentos e oitenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais) negativos como meta de resultado nominal a ser atingida no decorrer do Exercício de 2021. Ao final do exercício tal resultado foi apurado em R\$ 167.575,40 (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).

#### **4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária**

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

##### **4.1. Elaboração do Orçamento**

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2021 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/1964, na Portaria nº 42/1999 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/2001 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei Municipal nº 1.382/2020 de 28 de dezembro de 2020.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada através de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugadas com a observação das despesas efetivamente realizadas no último exercício financeiro;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 26.490.000,00 (vinte e seis milhões e quatrocentos e noventa mil reais) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4

<b>LEI ORÇAMENTÁRIA</b>			
<b>EXERCÍCIO DE 2021</b>			
<b>RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>DESPESA FIXADA POR CATEGORIA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Receitas Correntes	25.741.000,00	Despesas Correntes	21.604.669,26
Receitas de Capital	3.900.000,00	Despesas de Capital	4.840.130,74
Deduções para o FUNDEB	3.151.000,00	Reserva de Contingência	45.200,00
<b>TOTAL</b>	<b>26.490.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>26.490.000,00</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

## 4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/1964, Lei nº 8.666/1993 (substituída pela Lei nº 14.133/2021), LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo os arts. 8º e 13 da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas.

Dessa forma, e de maneira bem simples, atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabeleceu-se o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através de cotas. Ou seja, primou-se por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentou-se para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o Exercício Financeiro de 2021.

Nesses aspectos, a Programação Financeira – Receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;

- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2021;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal - Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2021;
- Informações do Setor de Pessoal da entidade;
- Informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a Câmara Municipal;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Após, elaborados a Programação da Financeira e o Cronograma de Desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

### 4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar, de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO DE 2021							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
Receitas Correntes	22.590.000,00	25.607.256,92	-3.017.256,92	Despesas Correntes	21.604.669,26	19.778.790,47	1.825.878,79
Receitas de Capital	3.900.000,00	2.763.577,83	1.136.422,17	Despesas de Capital	4.840.130,74	1.445.470,57	3.394.660,17
				Reserva de contingência	45.200,00	0,00	45.200,00
<b>Soma</b>	<b>26.490.000,00</b>	<b>28.370.834,75</b>	<b>-1.880.834,75</b>	<b>Soma</b>	<b>26.490.000,00</b>	<b>21.224.261,04</b>	<b>5.265.738,96</b>
Déficit				Superávit		7.146.573,71	-7.146.573,71
<b>Total</b>	<b>26.490.000,00</b>	<b>28.370.834,75</b>	<b>-1.880.834,75</b>	<b>Total</b>	<b>26.490.000,00</b>	<b>28.370.834,75</b>	<b>-1.880.834,75</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 26.490.000,00 (vinte e seis milhões e quatrocentos e noventa mil reais) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 28.370.834,75 (vinte e oito milhões, trezentos e setenta mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos) ocorrendo um excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.880.834,75 (um milhão, oitocentos e oitenta mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

O superávit apresentado na coluna execução das despesas demonstra que a Administração Municipal está mantendo o equilíbrio das contas públicas, comprovando que os critérios de planejamento empregados foram satisfatórios. Nosso objetivo é implantar novas formas de planejamento para assegurar o equilíbrio das contas, sem prejuízo dos investimentos necessários nas áreas de atuação do Município, visando desta forma atender plenamente o §1º do art. 1º da LRF.

#### 4.4. Créditos Adicionais

##### 4.4.1. Créditos Suplementares

Os Créditos Suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/1964 e art. 167, inciso V, da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os Créditos Suplementares atingiram o valor de R\$ 4.372.739,02 (quatro milhões, trezentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e nove reais e dois centavos).

Quadro 6

<b>APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO - 2021</b>	
Lei Orçamentária de 2021	26.490.000,00
( x ) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	20%
( = ) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	5.298.000,00
( + ) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	2.192.678,48
( = ) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	7.490.678,48
( - ) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	4.372.739,02
( = ) Diferença a Maior ou a Menor	3.117.939,46
Total de Créditos Suplementares Abertos sobre e Lei Orçamentária	2.180.060,54 8,23%

Os Créditos Suplementares foram autorizados através da Lei Municipal nº 1.382/2020 – LOA e das Leis Municipais nº 1.382/2021, nº 1.383/2021, nº 1.394/2021, nº 1.396/2021, nº 1.398/2021, nº 1.407/2021 e nº 1.416/2021.

##### 4.4.2. Créditos Especiais

Para a abertura dos Créditos Especiais foram observados os requisitos do art. 40 da Lei nº 4.320/1964, do art. 167, inciso V, da Constituição Federal, dos arts. 15, 16, 17 e 45 da LRF e a existência de prévia autorização legislativa. Os Créditos Especiais atingiram o valor de R\$ 2.264.452,05 (dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos).

Quadro 7

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2021	
Total dos Créditos Especiais Autorizados	2.264.452,05
( - ) Total dos Créditos Especiais Abertos no Exercício	2.264.452,05
( = ) Diferença a Maior ou a Menor	2.264.452,05

#### 4.4.3. Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de Créditos Adicionais

Quadro 8

APURAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2021	
Receita Prevista na LOA	26.490.000,00
( - ) Receita Arrecadada	28.370.834,75
( = ) Excesso de Arrecadação	1.880.834,75
( - ) Créditos Extraordinários Abertos no Exercício sem a Indicação do Recurso Correspondente	0,00
( = ) Excesso de Arrecadação	1.880.834,75
Total de Créditos Adicionais Abertos por Excesso de Arrecadação	637.082,00

A abertura de Créditos Adicionais por excesso de arrecadação foi realizada pelos Decretos Municipais nº 1.845/2021, nº 1.846/2021, nº 1.854/2021, nº 1.855/2021 e nº 1.870/2021 levando-se em conta o excesso de arrecadação por fonte, com embasamento legal no inciso II, do § 1º e § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964, c/c o parágrafo único do artigo 8º e artigo 50 da Lei Complementar 101/2000.

**4.4.4. Superávit financeiro utilizado para a abertura de Créditos Adicionais**

Quadro 9

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2021	
Total do Ativo Financeiro de 31/12/2020	4.345.420,27
( - ) Total do Passivo Financeiro de 31/12/2020	249.765,57
( = ) Superávit Financeiro	4.095.654,70
( - ) Saldo Remanescente de Créditos Adicionais Transferidos do Ano Anterior e Reaberto no Exercício atual sem o Recurso Correspondente	0,00
( - ) Operações de Créditos Arrecadadas no Ano Anterior e não Utilizadas para a Abertura de Créditos Adicionais	0,00
( = ) Superávit Financeiro Líquido	4.095.654,70
Total de Créditos Adicionais Abertos por Superávit Financeiro	2.649.647,38

**Nota: As operações de crédito não utilizadas devem ser subtraídas, nesse caso, porque os créditos adicionais foram abertos com o recurso “operação de crédito” e não pelo superávit financeiro.**

A abertura de Créditos Adicionais por superávit financeiro foi realizada pelos Decretos Municipais nº 1.795/2021, nº 1.799/2021, nº 1.800/2021, nº 1.810/2021, nº 1.811/2021, nº 1.815/2021, nº 1.818/2021, nº 1.820/2021, nº 1.835/2021, nº 1.839/2021, nº 1.854/2021 e nº 1.856/2021, levando-se em conta o superávit financeiro por fonte apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2020, com embasamento legal no inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/1964, c/c o parágrafo único do artigo 8º e artigo 50 da Lei Complementar 101/2000.

#### 4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promove-se aqui uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 10

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA EXERCÍCIOS DE 2019, 2020 e 2021								
EXERCÍCIOS	2019		2020			2021		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	19.260.239,41	96,59	22.258.402,50	35,20	88,64	25.607.256,92	32,95	90,26
Receitas de Capital	680.191,39	3,41	2.854.000,00	168,30	11,36	2.763.577,83	306,29	9,74
<b>TOTAL</b>	<b>19.940.430,80</b>	<b>100</b>	<b>25.112.402,50</b>	<b>43,28</b>	<b>100</b>	<b>28.370.834,75</b>	<b>42,28</b>	<b>100</b>

**Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.**

Constatou-se que as Receitas Correntes participaram com 90,26% (noventa inteiros e vinte e seis centésimos por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de 9,74% (nove inteiros e setenta e quatro centésimos por cento).

Pode-se perceber a partir do quadro acima que as receitas apresentaram um crescimento da ordem de 42,28% (quarenta e dois inteiros e vinte e oito centésimos por cento) em comparação a 2019.

#### 4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 11

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA								
EXERCÍCIOS DE 2019, 2020 e 2021								
EXERCÍCIOS	2019		2020			2021		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	16.041.667,25	89,88	18.484.143,30	16,36	75,75	19.778.790,47	23,30	93,19
Despesa de Capital	1.806.343,94	10,12	5.916.188,76	170,64	24,25	1.445.470,57	-19,98	6,81
<b>TOTAL</b>	<b>17.848.011,19</b>	<b>100</b>	<b>24.400.332,06</b>	<b>35,02</b>	<b>100</b>	<b>21.224.261,04</b>	<b>18,92</b>	<b>100</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Constatou-se que as Despesas Correntes participaram com 93,19% (noventa e três inteiros e dezenove centésimos por cento) das despesas orçamentárias, cabendo às Despesas de Capital o percentual de 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento).

Pode-se perceber a partir do quadro acima que as despesas apresentaram um crescimento da ordem de 18,92% (dezoito inteiros e noventa e dois centésimos por cento) se comparadas a 2019.

#### 4.7. Reserva de Contingência

A LOA do Exercício de 2021 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na LDO, a qual foi destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, porém não utilizada.

## 5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra orçamentária ocorridos no Exercício de 2021, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2021 assim pode ser demonstrada:

Quadro 12

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
EXERCÍCIO 2021			
<b>INGRESSOS</b>		<b>DISPÊNDIOS</b>	
<b>(R\$)</b>		<b>(R\$)</b>	
Orçamentários	28.370.834,75	Orçamentários	21.224.261,04
Extra orçamentários	15.940.411,96	Extra orçamentários	15.473.403,37
<b>SOMA</b>	44.311.246,71	<b>SOMA</b>	36.697.664,41
Saldo Anterior	3.578.302,84	Saldo para o Exercício Seguinte	11.191.885,14
<b>TOTAL</b>	<b>47.889.549,55</b>	<b>TOTAL</b>	<b>47.889.549,55</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados mantiveram-se na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte, conforme determina o parágrafo único, do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais, tais como:
  - Banco do Brasil
  - Caixa Econômica Federal
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida à receita extra orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresentam-se a seguir as metas Mensais de Arrecadação, a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso (previsto e realizado).

Quadro 13

<b>METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO</b>		
2021		
Meses	Receita Prevista (R\$)	Receita Arrecadada (R\$)
Janeiro	2.642.079,73	2.063.843,95
Fevereiro	2.777.684,79	1.978.772,80
Março	2.305.117,61	1.781.434,54
Abril	1.778.153,29	1.684.734,27
Maiο	2.656.945,59	1.851.672,59
Junho	1.632.907,61	2.021.252,21
Julho	2.334.613,54	2.395.152,63
Agosto	2.097.563,40	3.071.451,02
Setembro	2.106.468,57	2.135.521,61
Outubro	1.664.735,98	2.725.965,15
Novembro	1.946.569,37	2.213.469,20
Dezembro	2.547.160,52	4.447.564,78
<b>TOTAL</b>	<b>26.490.000,00</b>	<b>28.370.834,75</b>

**Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.**

Quadro 14

<b>PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL</b>		
2021		
Meses	Despesa Prevista (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)
Janeiro	2.035.339,17	4.934.822,47
Fevereiro	2.387.539,17	1.231.993,90
Março	2.335.599,17	1.837.551,04
Abril	1.873.599,17	1.274.092,87
Maiο	2.836.539,17	1.110.629,27
Junho	1.912.039,17	1.149.106,37
Julho	2.103.599,17	1.144.706,70
Agosto	2.038.539,17	1.297.272,09
Setembro	2.338.776,67	1.568.099,41
Outubro	1.840.776,67	1.203.320,69
Novembro	1.884.883,67	1.695.515,75

<b>PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL</b>		
2021		
Meses	Despesa Prevista (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)
Dezembro	2.902.769,63	2.777.150,48
<b>TOTAL</b>	<b>26.490.000,00</b>	<b>21.224.261,04</b>

**Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.**

Quadro 15

<b>CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO</b>		
2021		
Meses	Pagamentos Previstos (R\$) (Liquidados)	Pagamentos Realizados (R\$)
Janeiro	1.020.588,58	260.307,98
Fevereiro	1.162.484,04	1.795.733,69
Março	1.549.255,83	1.613.695,25
Abril	1.464.288,91	1.504.444,64
Maiο	1.482.160,75	679.470,53
Junho	1.572.481,61	1.557.549,70
Julho	1.684.831,80	1.652.500,71
Agosto	1.568.351,77	1.562.443,73
Setembro	1.636.320,02	2.496.917,53
Outubro	1.769.626,63	1.310.335,55
Novembro	1.810.826,08	1.342.322,46
Dezembro	3.916.559,43	4.523.402,29
<b>TOTAL</b>	<b>20.637.775,45</b>	<b>20.299.124,06</b>

**Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.**

## 6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos Exercícios de 2020 e 2021:

### 6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Quadro 16

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCÍCIOS DE 2020 e 2021					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2020 (R\$)	2021 (R\$)	TÍTULOS	2020 (R\$)	2021 (R\$)
Circulante	4.345.420,27	13.926.754,82	Circulante	249.765,57	456.604,42
Não Circulante	15.662.146,66	17.667.132,95	Não Circulante	1.602.783,65	1.209.334,07
<b>Soma do Ativo</b>	<b>20.007.566,93</b>	<b>31.593.887,77</b>	<b>Soma do Passivo</b>	<b>1.852.549,22</b>	<b>1.665.938,49</b>
			Patrimônio Líquido	18.155.017,71	29.927.949,28
<b>TOTAL</b>	<b>20.007.566,93</b>	<b>31.593.887,77</b>	<b>TOTAL</b>	<b>20.007.566,93</b>	<b>31.593.887,77</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

#### Ativo Circulante

- Caixa - constam os valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12.

### **Ativo Não Circulante**

- Bens Móveis e Imóveis - os saldos dos Bens Móveis e Imóveis conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que está sendo mantido o registro analítico dos bens de natureza permanente, que estão sendo expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as formalidades legais. Nota-se, porém, a necessidade de depreciação e reavaliação de alguns bens municipais, que em razão do tempo de aquisição, desgaste natural e de uso, devem ter seus valores corrigidos.
- Almoxarifado - o saldo dos bens em Almoxarifado confere com o Inventário dos bens em estoque de 31/12. A Administração Municipal não possui um almoxarifado totalmente centralizado, de maneira que é mantido o controle de entradas e saídas do estoque, com base nas notas fiscais recebidas e nas informações repassadas pelos respectivos setores a onde os produtos são posteriormente encaminhados após conferência. Foi constatado que os setores carecem de um controle mais efetivo, de preferência informatizado, que permita apurar com segurança os produtos em estoque e repassar com maior agilidade as informações processadas. Foi observada, também, a falta da utilização de requisições por escrito para as saídas dos produtos dos setores municipais.
- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12 e os lançamentos de inscrições e cobranças foram registrados corretamente. Constatou-se a existência de sistema de cobrança administrativa e judicial, controle dos prazos prescricionais e que o cadastro de contribuinte está atualizado.

### **Passivo Circulante**

- Restos a pagar de 2021 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.
- Depósitos e consignações - os saldos dos depósitos e consignações conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

### **Passivo Não Circulante**

- Dívida Fundada Interna - dos saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12.

## Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo e a soma do Passivo. Quando a diferença é positiva apura-se o Patrimônio Líquido, caso.

Em 2021, apurou-se um Patrimônio Líquido de R\$ 29.927.949,28 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte e sete mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos).

## 6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 17

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>			
<b>2021</b>			
<b>VARIAÇÕES AUMENTATIVAS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>VARIAÇÕES DIMINUTIVAS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.585.546,08	Pessoal e Encargos	12.093.678,31
Contribuições	741.206,56	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	188.365,08
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	45.460,74	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.321.016,72
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	221.965,92	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	116.296,76
Transferências e delegações Recebidas	26.267.819,79	Transferências e Delegações Concedidas	2.637.312,58
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	1.145.775,78	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16.183,70
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	479.724,06	Tributárias	292.785,00
		Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	0,00
		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	48.929,21
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>31.487.498,93</b>	<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>19.714.567,36</b>
		<b>Resultado Patrimonial (Superávit)</b>	<b>11.772.931,57</b>
		<b>Total</b>	<b>31.487.498,93</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício:

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente;
- O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por construção confere com a despesa realizada nos elementos 4490.51 – Obras e Instalações;
- O total de baixa por amortização da Dívida Fundada Interna confere com o total da despesa realizada nos elementos: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado;
- O total da baixa por Cobrança da Dívida Ativa confere com a receita arrecadada na rubrica 1930.00.00 - Receita da Dívida Ativa e 1913.00.00 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos;
- O total da inscrição da Dívida Fundada Interna referente aos contratos de Empréstimos e Financiamentos confere com o total da receita arrecadada na rubrica 2110.00.00 – Operações de Crédito Internas;
- Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;
- O valor da inscrição da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- O valor da atualização da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- O valor das entradas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado;
- Os valores de baixas de bens por verificação, transferências e doações, conferem com o Demonstrativo dos Bens Desincorporados;
- O valor das baixas no almoxarifado confere com o valor apurado pelo Setor de Almoxarifado;
- O valor da inscrição da Dívida Fundada contratada no exercício confere com o contrato.

## **Resultado Patrimonial**

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Diminutivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2021, apurou-se o resultado patrimonial de R\$ 11.772.931,57 (onze milhões, setecentos e setenta e dois mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos).

### 6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 18

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
EXERCÍCIO DE 2021						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição Atualização	Correção Monetária	Baixa Amortização	Cancelamento	Saldo Atual
Operações de Crédito Interna	1.602.783,65	1.093.000,07	0,00	1.486.449,65	0,00	1.209.334,07
<b>Total</b>	<b>1.602.783,65</b>	<b>1.093.000,07</b>	<b>0,00</b>	<b>1.486.449,65</b>	<b>0,00</b>	<b>1.209.334,07</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, inclusive as dívidas entre entidades da mesma esfera governamental.

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior;
- O valor da amortização, apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos de despesa: 4690.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado;
- Os empréstimos e financiamentos contraídos no exercício, com prazo de amortização superior a 12 meses, foram contabilizados na rubrica 2110.00.00 – Operações de Créditos e os valores guardam paridade com a emissão da dívida apresentada na Demonstração da Dívida Fundada;
- Os parcelamentos de débito com INSS, FGTS, PASEP e outros, contraídos no exercício conferem com o valor da emissão da dívida apresentado na Demonstração da Dívida Fundada e respectivos contratos.

#### 6.4. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 19

<b>DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE</b>						
<b>EXERCÍCIO DE 2021</b>						
<b>TÍTULOS</b>	<b>Saldo Anterior</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Restabelecimento</b>	<b>Baixa</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo Final</b>
Restos a Pagar	545.170,02	925.136,98	0,00	462.814,39	0,00	1.007.492,61
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	109.677,14	0,00	109.677,14	0,00	0,00
Depósitos	-3.661,47	1.322.378,07	0,00	1.318.532,79	0,00	183,81
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>541.508,55</b>	<b>2.357.192,19</b>	<b>0,00</b>	<b>1.891.024,32</b>	<b>0,00</b>	<b>1.007.676,42</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e o valor;
- O valor das inscrições confere com as receitas extra orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

#### 6.5. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 20

<b>DEMONSTRAÇÃO DE CONTROLE DE EXTRA</b>							
<b>EXERCÍCIO DE 2021</b>							
<b>Entidade</b>	<b>Saldo Anterior</b>	<b>Receitas</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Saldo Final</b>	<b>Retenção de Parcelas a Pagar</b>	<b>Empenhos Extras a Pagar</b>	<b>Saldo Previsto</b>
<b>Prefeitura</b>	553.315,61	1.319.688,17	2.568.691,41	<b>-695.687,63</b>	1.142,99	83.507,62	<b>-778.052,26</b>
<b>Câmara</b>	-24.397,88	860.393,92	69.519,07	766.476,97	0,00	0,00	766.476,97
<b>Total</b>	<b>528.917,73</b>	<b>2.180.082,09</b>	<b>2.638.210,48</b>	<b>70.789,34</b>	<b>1.142,99</b>	<b>83.507,62</b>	<b>-11.575,29</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

## 6.6. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2021 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, conciliações, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

## 6.7. Análise do Equilíbrio das Contas Públicas

Quadro 21

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	2020	2021
Disponível em Caixa e Bancos (A)	3.578.302,84	11.191.885,14
Passivo Circulante (B)	249.765,57	456.604,42
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	<b>14,33</b>	<b>24,51</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

\*\* Indica que para cada **R\$ 1,00** de dívida a curto prazo no dia 31/12/2021, a Prefeitura e a Câmara possuíam disponível em Caixa e Bancos **R\$ 24,51**.

Quadro 22

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULOS	2020	2021
Ativo Circulante (A)	4.345.420,27	13.926.754,82
Passivo Circulante (B)	249.765,57	456.604,42
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	<b>17,40</b>	<b>30,50</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

\*\* Indica que para cada **R\$ 1,00** de Passivo Financeiro no dia 31/12/2021 a Prefeitura e a Câmara possuíam disponível o valor de **R\$ 30,50**.

Quadro 23

<b>INDICE DE LIQUIDEZ REAL</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Ativo (A)	20.007.566,93	31.593.887,77
Passivo (B)	1.852.549,22	1.665.938,49
Índice de Liquidez Real (A/B)	<b>10,80</b>	<b>18,96</b>

**Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.**

\*\* Indica que para cada **R\$ 1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo no dia 31/12/2021, a Prefeitura e a Câmara possuíam **R\$ 18,96** de ativo real.

Os índices de liquidez imediata, corrente e real apresentaram aumento em relação ao exercício anterior.

## 7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

Quadro 24

<b>DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS EM 2021</b>	
<b>TÍTULOS</b>	<b>(R\$)</b>
Receita Corrente Líquida (A)	25.607.256,92
Operações de Crédito realizadas em 2020 (B)	0,00
Despesas de Capital realizadas em 2020 (C)	1.445.470,57
Total amortizações, juros e encargos da Dívida Consolidada realizada em 2021 (D)	393.080,95

<b>TÍTULOS</b>	<b>Limite Máximo</b>	<b>Realizado</b>
Realização de Operações de Crédito quanto à RCL $[(B / A) * 100]$	16,0%	0,00
Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos da dívida $[(D / A) * 100]$	11,5%	1,54
Realização de Operações de Crédito em relação à Despesa de Capital $[(B / C) * 100]$ , exceto Operações de Crédito realizadas de acordo com art. 167, III da CF.	100%	0,00

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Para o cálculo da apuração das operações de crédito realizadas utilizou-se a despesa de capital empenhada no exercício.

Não foram realizadas operações de crédito no exercício financeiro de 2021.

O total com amortizações, juro e encargos da dívida consolidada correspondeu a R\$ 393.080,95 (trezentos e noventa e três mil, oitenta reais e noventa e cinco centavos).

## **8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar**

### **◆ Poder Executivo: Prefeitura**

Os restos a pagar inscritos pelo Poder Executivo no Exercício de 2021 estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 925.136,98 (novecentos e vinte e cinco mil, cento e trinta e seis reais e noventa e oito centavos), sendo R\$ 338.651,39 (trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos) de restos a pagar processados e R\$ 586.485,59 (quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) de restos a pagar não processados, enquanto a disponibilidade de caixa bruta totalizou o montante de R\$ 11.107.070,21 (onze milhões, cento e sete mil, setenta reais e vinte e um centavos) antes da inscrição dos referidos restos a pagar.

A disponibilidade de caixa foi suficiente para o pagamento dos restos a pagar inscritos pelo Executivo Municipal durante o Exercício de 2021 e apurou-se uma disponibilidade de caixa líquida de R\$ 10.099.056,25 (dez milhões, noventa e nove mil, cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

### **Poder Legislativo: Câmara Municipal**

Os restos a pagar inscritos pelo Poder Legislativo seguem os preceitos da Lei Complementar nº 101/200, porém durante o Exercício 2021 não houve a referida inscrição, com todas as despesas liquidadas e pagas no exercício.

A disponibilidade financeira bruta totalizou o montante de R\$ 84.814.93 (oitenta e quatro mil, oitocentos e quatorze reais e noventa e três centavos).

## 9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

Quadro 25

<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2021</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
Receita Corrente Líquida	25.607.256,92	100
Receita Corrente Líquida Ajustada (A)	25.396.113,50	100
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	11.107.756,12	43,74
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = C/A x 100)	10.521.208,39	41,43
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	586.747,73	2,31

**Nota:** Neste Quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Para o cálculo da despesa com pessoal considerou-se o a receita corrente líquida e subtraiu-se o valor de R\$ 211.143,42, referente as transferências advindas de Emendas Parlamentares (art.166, § 13 da CF).

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

Os gastos do Executivo Municipal com pessoal também não ultrapassaram o limite prudencial de 51,30% e com isso não houve a necessidade de implementar as medidas impostas pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## 10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes

### 10.1. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro 26

<b>APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		
<b>EXERCÍCIO DE 2021</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>%</b>
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	<b>20.061.381,57</b>	<b>100</b>
Valor Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil e Fundamental) (B) {percentual = (B/A) * 100}	<b>5.086.702,93</b>	<b>25,36</b>

Conforme pode ser observado, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Os restos a pagar do ensino estão acobertados por recursos financeiros disponíveis na conta bancária vinculada ao ensino.

### 10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Quadro 27

<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB -</b>		
<b>FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE</b>		
<b>VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO</b>		
<b>EXERCÍCIO DE 2021</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>%</b>
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras e recursos não aplicados no exercício anterior (A)	<b>3.470.361,97</b>	<b>100</b>
Despesas Aplicadas no Exercício (B) = (B/A) * 100}	<b>3.416.566,16</b>	<b>98,45</b>
Despesas Aplicadas no Exercício c/ a Remuneração dos Profissionais do Magistério (C) = {percentual = (C/A) * 100}	<b>2.429.254,65</b>	<b>70,0</b>

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB atingiram o limite mínimo de 70% (setenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a legislação vigente.

### **10.3. Parecer conclusivo do Conselho do FUNDEB**

Conforme determina o parágrafo único, do art. 31, da Lei 14.113/2020 e da Instrução Normativa nº 07/2017 do TCEMG, a prestação de contas está instruída com o parecer conclusivo do Conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos.

As contas apresentadas obtiveram, através do Parecer nº 01/2022, aprovação e parecer favorável, por unanimidade, a despeito de sua aplicação, com o entendimento do Conselho de que a Prefeitura Municipal está cumprindo tanto o art. 212 da Constituição Federal quanto às disposições da Lei 14.113/2020.

### **10.4. Ensino Fundamental e Especial**

O Município atuou prioritariamente no Ensino Fundamental e no Ensino Infantil.

O Município concedeu subvenção a APAE e efetuou despesas com o transporte universitário, contudo os referidos gastos não entraram no câmputo dos recursos aplicados no ensino.

### 11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite mínimo a ser aplicado na saúde, com vigência inicial no exercício financeiro de 2000. A partir do exercício financeiro de 2000, os recursos mínimos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

Quadro 28

<b>APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>		
<b>EXERCÍCIO DE 2021</b>		
<b>TÍTULOS</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	19.125.658,08	<b>100</b>
Valor Aplicado nas Ações e Serviços Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (BA) *100]	3.701.333,02	<b>19,35</b>

O Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde com recursos próprios durante o Exercício de 2021, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/2000.

## 12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Quadro 29

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2021		
HISTÓRICO	INGRESSO (R\$)	APLICAÇÃO (R\$)
<b>Saldo do exercício anterior</b>	<b>129,00</b>	
Receita de Alienações		0,00
Despesas de Capital		0,00
<b>Totais</b>	<b>129,00</b>	
<b>Saldo para o exercício seguinte</b>	<b>129,00</b>	
<b>Saldo em Banco</b>	<b>129,00</b>	

Durante o Exercício 2021 não houve alienação de ativos.

Houve saldo remanescente do Exercício 2020.

Os recursos remanescentes da alienação de ativos do exercício anterior encontram-se depositados em conta bancária própria e serão utilizados para o pagamento de despesas de capital, conforme determina o art. 44 da LRF.

### 13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

Quadro 30

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2021		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2020	16.112.837,92	100
Limite máximo de repasses ao Poder Legislativo em 2021	1.127.898,65	7
Valor de Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual 2021 – Lei nº 1.382/2020	868.476,00	5,39
Repastes realizados ao Poder Legislativo em 2021	868.476,00	5,39

O total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias arrecadadas em 2020 totalizaram R\$ 16.112.837,92 (dezesesseis milhões, cento e doze mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos), enquanto os repastes ao Poder Legislativo no Exercício de 2021 totalizaram o valor de R\$ 868.476,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e setenta e seis reais) estando, portanto, abaixo do limite máximo permitido e de acordo com a proporção fixada na LOA. Assim, os repastes efetuados ao Poder Legislativo obedeceram ao disposto na Emenda Constitucional 25/2000 e na Emenda Constitucional 58/2009.

## 14. Aplicação de recursos públicos realizada por Entidades de Direito Privado

Quadro 31

<b>DEMONSTRATIVO DOS VALORES REPASSADOS A ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO EXERCÍCIO DE 2021</b>		
<b>CONVÊNIO/ LEI MUNICIPAL</b>	<b>ENTIDADE</b>	<b>REPASSE R\$</b>
Lei Municipal nº 697/1995	CISAMESP - Consórcio Intermunicipal de Saúde	122.709,99
Convênio nº 01/2021	Casa de Caridade de Ouro Fino	1.230.000,00
Convênio nº 02/2021	EMATER - MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais	78.392,93
Termos de Colaboração nº 01/2021 e nº 05/2021	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Fino	96.120,00
Termo Associativo nº 01/2021	Associação Circuito Turístico das Malhas do Sul de Minas	8.000,00
Termo de Colaboração nº 04/2021	Associação dos Amigos do Caminho da Fé	4.604,04
Termo de Colaboração nº 03/2021	Guarda Mirim “Mário Alfredo Teodoro”	40.000,00
Termo de Colaboração nº 06/2021	Associação de Radiodifusão de Inconfidentes	11.670,00
Termo de Colaboração nº 07/2021	Associação Lar Joaquim Antônio Dias – A.L.J.A.D	15.060,00
Termo de Colaboração nº 02/2021	Abrigo São Vicente de Paulo	60.500,00
<b>Total</b>		<b>1.667.056,96</b>

A Prefeitura Municipal de Inconfidentes repassou, durante o Exercício de 2021, o montante de R\$ 1.667.056,96 (um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil, cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos) às instituições de direito privado mediante convênios, termos de colaboração e termo associativo, a exceção das contribuições realizadas a CISAMESP, referentes a 1% da receita do FPM do exercício, conforme determinação de lei municipal específica. Os convênios, termos de colaboração e termo associativo firmados apresentaram os requisitos legais, previsão orçamentária, proposição, celebração, formalização, execução e posteriormente prestação de contas.

## **15. Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado**

O patrimônio público é formado por bens de toda a natureza e espécie pertencentes à Administração Municipal, classificados de acordo com a aquisição, finalidade e utilização. O ativo imobilizado compreende o conjunto dos bens tangíveis necessários ao desenvolvimento e execução das atividades exercidas pelo ente público, objetivando o bem comum da coletividade.

Neste contexto a proteção do patrimônio público, em especial do ativo imobilizado, constitui fator essencial para que o município possa atender suas demandas e exercer seu papel atuante na melhoria de vida da população. A preservação de todo bem público é papel primordial do gestor, deve ser cobrado e demonstrado durante o processo de prestação de contas.

As obras de domínio patrimonial executadas são registradas para fins de controle e incorporação.

Visando proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado, o Controle Interno exerceu acompanhamento, orientação e fiscalização dos recursos empregados na construção e aquisição e também das práticas utilizadas durante o manuseio e conservação dos bens.

Os relatórios mensais emitidos no exercício trouxeram apontamentos e recomendações com intuito de auxiliar a Administração Municipal a cuidar cada vez melhor do patrimônio público. Dentre os pontos abordados destacaram-se:

- Constatação de obras sem conclusão como a construção da Unidade Básica de Saúde - Termo de Compromisso SES 34813.561 e da construção da Escola Bairro Boa Ventura - Termo de Compromisso PAR 18060/13, que no momento estão paralisadas e que, embora já concluídas, estão pendentes de informações, como a Farmácia de Minas – Convênio com SES e as obras de execução de radier para construção da Escola no Bairro Boa Ventura e pavimentação com recursos do BDMG 177.161/13;
- Orientação para manter atualizado o arquivo do cadastro dos bens patrimoniais municipais, com cópias das notas fiscais, empenhos e fotos (no caso de bens imóveis);
- Necessidade de expansão do controle de frotas existente, com a informatização de procedimentos e a inclusão do agendamento de utilização de veículos e manutenção preventiva e periódica;
- Execução de uma reavaliação e depreciação dos bens patrimoniais, em especial dos bens mais antigos “in loco”, para adequação às exigências do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, com o repasse de

informações atualizadas para a obtenção de uma contabilidade mais próxima da realidade do município;

- Realização de um trabalho de inspeção “in loco” para sanar divergências encontradas em relação à carga patrimonial de alguns setores, em especial quando algum bem é deslocado sem autorização ou informação ao responsável;
- Necessidade de manutenção e reparos em prédios e instalações de alguns setores municipais, principalmente em relação a parte elétrica;
- Proceder ao levantamento nos setores municipais dos equipamentos e mobiliários sem condições de uso para substituição ou conserto;
- Construção a médio prazo um almoxarifado central que atenda à crescente demanda dos setores municipais e proporcione uma correta armazenagem, segurança e um controle mais rigoroso na entrada e saída de produtos
- Realizar uma vistoria nos extintores e promover, caso necessário, a aferição e recarga para estarem preparados para utilização imediata.

A Prefeitura Municipal de Inconfidentes possui controle analítico e individualizado dos bens móveis e imóveis, com sua completa especificação, data de aquisição, valor pago, processo de compra, cópia do documento fiscal, do empenho, plaqueta de identificação, controle documental, registro de propriedade (nos casos de bens imóveis) e identificação do responsável pela guarda. Ao menos uma vez ao ano, era feito um inventário com a emissão de um relatório contendo a relação de todos os bens patrimoniais para a conferência e verificação dos cadastros pelos responsáveis. Essa conferência acabou não ocorrendo no final do Exercício 2021, em parte pela demanda de serviços, pela falta de mais funcionários para auxiliarem nesse processo e também pela substituição do software utilizado para gerenciar os trabalhos dos sistemas municipais, que obrigou alguns setores administrativos a uma readaptação.

Deve ser realizada uma conferência “in loco” dos bens nos setores para evitar inconsistências, garantir a integridade e a atualização da carga patrimonial. Além da conferência dos bens deve também ser constatada a utilização, estado de conservação, aproveitamento e desvio para, caso necessário, proceder a relocação, a devolução ao local de origem (no caso de transferências sem autorização), realizar a baixa de equipamentos inservíveis e o leilão de bens cujos custos com funcionamento e manutenção torna-os onerosos e inviáveis em relação ao seu benefício.

O Controle Interno teve especial atenção em relação às obras, acompanhando e fiscalizando a construção desse importante patrimônio municipal, no intuito de evitar perdas de tempo e recursos, e principalmente por considerar sua conclusão essencial para suprir as necessidades e demandas da população. Por isso as paralisações e

atrasos na conclusão das obras foram frutos de apontamentos em relatórios mensais e conversas constantes com os responsáveis dos setores municipais.

Foram realizadas sindicâncias, em exercícios anteriores, para determinar os eventuais falhas em relação as obras apontadas, bem como determinar responsáveis e dano ao erário. Os processos de sindicância das obras da escola no Bairro Boa Ventura e da construção da UBS foram concluídos pela Comissão Sindicante e encaminhados ao Ministério Público e órgãos competentes.

Diante da preocupação das obras paralisadas de construção da UBS – Unidade Básica de Saúde - Termo de Compromisso 348/Resolução SES 3561/2012 e da construção da Escola no Bairro Boa Ventura - Termo de Compromisso PAR 18060/13 foram realizadas reuniões com membros da atual gestão da Administração Municipal e está sendo efetuado um levantamento técnico para uma avaliação real da situação em que se encontram. Paralelamente ao estudo das obras também estão sendo feitos contatos junto aos órgãos responsáveis para a prorrogação do prazo de execução de ambas e repasse dos recursos necessários ao término. Essas medidas são importantes, pois torna-se imprescindível analisar de forma concreta a continuidade dessas obras, que estão paralisadas a algum tempo, sem atingir a finalidade junto à população.

A Farmácia de Minas teve suas medições encerradas, foi concluída e o pagamento liberado pela Administração Municipal. Em vistoria a Secretaria de Estado de Saúde detectou pequenas pendências e consertos que foram corrigidos. Deve ser realizada uma nova avaliação para a liberação e funcionamento.

A Administração Municipal procederá a um levantamento sobre as obras já concluídas, mas que apresentam pendências, visando alimentação e regularização no Sistema de Informações de Serviços de Engenharia e Obras Públicas de Minas Gerais - SISOP-MG do TCEMG, objetivando a transparência dos gastos públicos e a disponibilização dessas informações a toda população.

Nota-se a necessidade de veículos frente à crescente demanda de serviços em todos os setores municipais, contudo, mesmo com as constantes aquisições e ampliação da frota, esse problema persiste. Em contrapartida constata-se a falta de uma programação e planejamento, que aliados à algumas medidas permitiriam melhor gerenciamento, aproveitamento e utilização desses bens.

Controlar os gastos com manutenção, aquisição de peças, abastecimento e utilizar mapas de quilometragem são procedimentos necessários e obrigatórios para frota de veículos, porém sozinhos não geram a eficiência e economia desejáveis. O atual conceito de gestão pública exige a adoção de rotinas e procedimentos que permitam planejar, antever situações e realizar as atividades dentro de um cronograma de execução e uma logística, com economia de tempo e recursos.

Orientou-se o lançamento informatizado dos mapas de quilometragem para toda a frota, inclusive com a anotação em cada abastecimento, a adoção do agendamento para a utilização dos veículos e a manutenção preventiva periódica e programada como práticas indispensáveis ao uso racional, eficaz e eficiente desses bens, gerando maior economia e aumentando consideravelmente sua vida útil.

O Controle Interno procedeu a uma revisão no manual antigo de normas e procedimentos e disponibilizou pelo Decreto nº 1487 de 20 de fevereiro de 2017 o novo Manual de Normas e Procedimentos, aprimorando as rotinas utilizadas durante a execução dos trabalhos pelos setores municipais, inclusive em relação ao patrimônio público, com o intuito de promover a eficiência e a eficácia no desenvolvimento das atividades e agir sempre ao encontro da legalidade. Também foram realizadas alterações e acrescentadas, por meio do Decreto nº 1.676 de 02 de setembro de 2019, novas rotinas aos procedimentos adotados em relação a frota municipal no Manual de Normas e Procedimentos do Controle Interno. Esse procedimento teve como intuito aumentar o rigor durante os processos de aquisição de peças e serviços mecânicos e constatar a correta utilização nos veículos municipais, procurando inibir, ainda mais, desvios e falhas.

Os veículos municipais novos, valiosos e mais utilizados encontram-se devidamente segurados. Como esses veículos são na sua maioria de valor considerável, de uso diário, com deslocamentos frequentes a grandes centros urbanos para o transporte de pacientes para tratamento, ou seja, estão sujeitos a uma série de problemas e imprevistos constantes, o seguro representa uma importante medida no sentido de preservar e resguardar esses importantes bens públicos. Mediante o Processo Licitatório nº 92/20 – Pregão nº 26/20 foram realizados os seguros de alguns veículos municipais: Palio PYH 6884 e Palio PXL 5809 – Contrato nº 236/20 – Empresa Gente Seguradora S/A; Citroen Jumper PZG 8254, Doblo PYC 8347 - Contrato nº 237/20 – Empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Corolla QOE 0015, Gol PUF 5203, Sandero OQM 8625, Uno QNQ 1515 – Contrato nº 238/20 – Empresa Seguros Sura S/A e o veículo Citroem QUJ 2015 através do Processo Licitatório nº 123/19 - Pregão nº 42/19 - Contrato nº 310/19.

O município ainda carece de uma reavaliação e depreciação mais precisa dos bens patrimoniais, em especial dos mais antigos, a fim de atender de forma plena a Novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público, pois grande parte dos valores atribuídos aos bens necessita ser corrigido.

Foram adquiridos equipamentos e peças de informática para alguns setores municipais, cujos bens apresentavam problemas, desgaste ou estavam ultrapassados por conta do longo período de utilização, necessitando de manutenção ou mesmo serem substituídos por novos.

Houve a contratação por Dispensa – Processo nº 162/21 da Empresa Guilherme Pereira da Silva Scalato para realizar uma vistoria nos extintores e

promover a aferição com a recarga e ensaio hidrostático para estarem aptos a utilização imediata.

Foi elaborado e instituído através do Decreto Municipal nº 1.790 de 28 de dezembro de 2020 o Plano Anual de Auditoria 2021 com intuito de auxiliar e fortalecer a estrutura do Controle Interno, com a finalidade a realização de auditorias preventivas, detectivas e corretivas nos diversos processos e ações dos setores municipais e em atendimento ao artigo 313, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG que culminou em auditorias realizadas em relação ao recebimento de mercadorias/serviços e patrimônio público municipal, com a emissão de relatórios disponibilizados aos setores, contendo constatações, recomendações e a conclusão.

Encontra-se também normatizado, através do Decreto Municipal nº 1.874 de 21 de dezembro de 2021, o Plano Anual de Auditoria 2022.

O objetivo do Controle Interno Municipal foi, durante o Exercício de 2021, ampliar e melhorar continuamente os mecanismos e procedimentos de controle para proporcionar ao gestor municipal meios e instrumentos mais eficazes, capazes de zelar e proteger continuamente os bens públicos, em especial o ativo imobilizado, que além de constituírem um patrimônio de valor considerável da Administração Municipal, pertencem e devem ser utilizados para o bem-estar de toda a população.

## 16. Sindicâncias, processos administrativos, disciplinares e tomadas de contas instauradas

Demonstra-se no quadro a seguir as sindicâncias, processos administrativos, disciplinares e tomadas de contas concluídas e instauradas no Exercício 2021:

Quadro 32

<b>SINDICÂNCIAS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS INSTAURADAS</b>						
<b>Processos Administrativos</b>						
<b>Tomador</b>	<b>Portaria</b>	<b>Data</b>	<b>Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Denunciados</b>	<b>Situação</b>
Prefeitura Municipal de Inconfidentes	078/2021	26/03/2021	Processo Administrativo nº 01/2021.	Instauração de processo administrativo para a apuração de evidências veiculadas pelo Chefe do Departamento de Obras, em face do servidor público municipal Romildo Ceccon, matrícula 1.309, efetivo no cargo de operador de máquinas pesadas	Romildo Ceccon	Concluído
Prefeitura Municipal de Inconfidentes	081/2021	29/03/2021	Processo Administrativo nº 02/2021.	Instauração de processo administrativo para a apuração de eventuais irregularidades apontadas no relatório do engenheiro Thiago Zuccon e Silva, referente a execução do Contrato nº 285/2020 da obra municipal de construção da rodoviária.	Construtora Carvalho e Duarte	Em andamento
Prefeitura Municipal de Inconfidentes	097/2021	26/05/2021	Processo Administrativo nº 03/2021	Instauração de processo administrativo para a apuração de acúmulo ilícito de vínculos funcionais de servidora municipal apontados na Malha Fina Eletrônica de Fiscalização nº 01/2017, de acordo com o Ofício nº 7.527 – Representação nº 1088876 do TCEMG	Marcela Gonçalves Ferreira	Concluído
<b>Sindicância</b>						

Prefeitura Municipal de Inconfidentes	132/2021	03/11/2021	Sindicância nº 01/2021	Instauração de sindicância para a apuração de conduta inadequada do servidor público municipal Jonatas Oliveira de Souza, matrícula 1.835, em face do Memorando Interno apresentado pelo Chefe Departamento Municipal de Obras Thiago Zuccon e Silva.	Jonatas Oliveira de Souza	Concluída
<b>Tomada de Contas</b>						
Prefeitura Municipal de Inconfidentes	133/2021	25/11/2021	Tomada de Contas nº 01/2021	Instauração de tomada de contas em para a apuração de dano ao erário municipal, tendo em vista indícios de irregularidades na execução do vínculos funcional da servidora Marcela Gonçalves Ferreira, considerando os apontamentos do Relatório das Medidas Administrativas do Processo Administrativo nº 03/2021.	Marcela Gonçalves Ferreira	Em andamento

Foi instaurado por meio da Portaria 078/2021 de 28 de março de 2021 o Processo Administrativo nº 01/2021, composta pelos servidores municipais: Rodrigo Natal Rocha – matrícula 868; Estela Maria Sobreiro – matrícula 111; Francisco Volney Costa – matrícula 126; Juliana Mariana César de Góes – matrícula 1.905 e Wanderley Tavares de Mira – matrícula 1.357 para a apuração de evidências veiculadas pelo Chefe do Departamento de Obras, do servidor público municipal Romildo Ceccon, matrícula 1.309, efetivo no cargo de operador de máquinas pesadas, que teria deixado de cumprir com os deveres prescritos nos incisos IX e XI do art. 107, da Lei Municipal nº 095;99, agindo com conduta inadequada perante a Administração Pública e um cidadão do Município.

O processo seguiu os trâmites legais, com a indicação das provas e testemunhas, com direito à ampla defesa por parte do servidor.

Constatou-se que o servidor sempre foi bom funcionário, sem histórico de punições e que após ser provocado e insultado, exaltou-se e acabou se envolvendo em uma briga com um cidadão. Foi verificado também a inexistência de boletim de ocorrência ou queixa por parte do cidadão.

Em face dos fatos e circunstâncias evidenciadas, houve a conclusão pelo arquivamento do processo e aplicação de advertência, conforme rege o art. 117, inciso I do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Instaurou-se, através da Portaria nº 081/2021 de 29 de março de 2021, o Processo Administrativo nº 02/2021 para a apuração de eventuais irregularidades

apontadas no relatório do engenheiro Thiago Zuccon e Silva, referente a execução do Contrato nº 285/2020 da obra municipal de construção da rodoviária pela Construtora Carvalho e Duarte, com a comissão de apuração composta pelos servidores: Wanderley Tavares de Mira – matrícula 1.357; Francisco Volney Costa – matrícula 126 e Estela Maria Sobreiro – matrícula 111.

A obra orçada em R\$ 585.211,82 tinha prazo de execução de 05 meses a partir da data de assinatura do contrato de 20/07/2020.

No relatório preliminar do Engenheiro Thiago Zuccon e Silva foram apontadas várias falhas na execução da obra, dentre as quais a impossibilidade de ônibus maiores realizarem as manobras de entrada e saída.

O processo encontra-se em apuração, visto que foram realizadas análises de todo processo envolvendo a obra e a empresa contratada, inclusive reuniões e envio de documentação ao DER, sem, no entanto, uma conclusão definitiva e aplicação de penalidades.

Através da Portaria nº 097/2021 de 26 de maio de 2021 foi instaurado Processo Administrativo nº 03/2021 para a apuração de acúmulo ilícito de vínculos funcionais de servidora municipal Marcela Gonçalves Ferreira, apontados na Malha Fina Eletrônica de Fiscalização nº 01/2017, de acordo com o Ofício nº 7.527 – Representação nº 1088876 do TCEMG. A comissão de apuração foi composta pelos servidores: André de Godoy - matrícula 1.937; Iara Aparecida de Souza – matrícula 1.348; Estela Maria Sobreiro – matrícula 111; Creuza Donizeti da Silva – matrícula 575 e Telma Lúcia Moreira – matrícula 812.

Analisou-se o período de 08/05/2017 a 30/04/2018, em que a servidora em questão trabalhou como médica no Município, e que, possivelmente, teria acumulado vínculos funcionais, portanto sem cumprir, na totalidade, sua jornada de trabalho pactuada.

Foram analisados contrato de trabalho, livro de frequência da servidora, ESUS, ouvidas testemunhas e direito à ampla defesa da servidora.

Como não foi possível precisar com certeza a carga horária da servidora, a Comissão considerou 08 horas trabalhadas, para os dias que comprovadamente foram prestados serviços por Marcela Gonçalves Ferreira no Município.

Diante do exposto e de toda documentação apresentada, a Comissão de Apuração chegou à conclusão que Marcela Gonçalves Ferreira cumpriu parcialmente a carga horária pactuada nos Contratos nº 097/2017 e nº 011/2018.

Houve o encaminhamento para a apreciação e análise da Assessora Jurídica Municipal para adoção de medidas legais, especialmente ressarcimento ao erário.

Foi instaurada, através da Portaria nº 132/2021 de 03 de novembro de 2021, a Sindicância nº 01/2021 para a apuração de conduta inadequada do servidor público municipal Jonatas Oliveira de Souza, matrícula 1.835, lotado no cargo de operário, em face do Memorando Interno nº 02/2021 apresentado pelo Chefe Departamento Municipal de Obras Thiago Zuccon e Silva. A Comissão Sindicante foi constituída pelos servidores: Juliana Mariana César de Góes – matrícula 1.905; Wanderlei Tavares de Mira – matrícula 1.357; Francisco Volney Costa – matrícula 126; Rodrigo Natal Rocha – matrícula 868 e Mara Heid Moreira da Rosa – matrícula 1.363.

O servidor em questão teria supostamente descumprido os incisos I, IV e X do art. 107 e também os incisos I e XIV da Lei Municipal nº 795/99, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Municipais.

Promoveu-se a análise de documentos para a comprovação das acusações imputadas ao servidor, bem como depoimento de testemunhas e do próprio servidor, dando pleno direito de defesa.

Tendo em vista o pedido de exoneração do servidor Jonatas Oliveira de Souza, um pouco antes da conclusão da sindicância, foi proposto pela Comissão Sindicante e aceito pela Prefeita Municipal Rosângela Maria Dantas, o pedido de arquivamento do processo.

Foi instaurada através da Portaria nº 133 de 25 de novembro de 2021 uma comissão para a instauração da Tomada de Contas nº 01/2021, composta pelos servidores André de Godoy - matrícula 1.937; Iara Aparecida de Souza – matrícula 1.348; Estela Maria Sobreiro – matrícula 111; Creuza Donizeti da Silva – matrícula 575 e Telma Lúcia Moreira – matrícula 812 para apurar para a apuração de dano ao erário municipal, tendo em vista indícios de irregularidades na execução do vínculos funcional da servidora Marcela Gonçalves Ferreira, considerando os apontamentos do Relatório das Medidas Administrativas do Processo Administrativo nº 03/2021.

Os trabalhos encontram-se em andamento e vem de encontro a conclusão dos trabalhos iniciados com o Processo Administrativo nº 03/2021 para a apuração de acúmulo ilícito de vínculos funcionais de servidora municipal Marcela Gonçalves Ferreira, apontados na Malha Fina Eletrônica de Fiscalização nº 01/2017, de acordo com o Ofício nº 7.527 – Representação nº 1088876 do TCEMG.

A Tomada de Contas nº 01/2021 deve ser finalizada no início do Exercício 2022, para que, caso necessário, sejam tomadas as medidas legais.

## 17. Participação do município em consórcio público

Quadro 33

<b>DEMONSTRATIVO DOS VALORES GASTOS NA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - 2021</b>		
<b>LEI MUNICIPAL/ CONTRATO</b>	<b>ENTIDADE</b>	<b>REPASSE</b>
Contrato de Rateio nº 72/2021	Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macro Região do Sul de Minas - CISSUL	28.299,45
Contrato de Rateio nº 01/2021	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável - CIDAS	12.448,80
Contrato de Rateio nº 01/2021	Consórcio Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP	24.271,92
<b>Total</b>		65.020,17
<b>Total das Receitas Orçamentárias 2021 – R\$ 28.370.834,75</b>		<b>Impacto Orçamentário 0,23%</b>

O Município integrou, durante o Exercício de 2021, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macro Região do Sul de Minas – CISSUL, repassando o valor de R\$ 28.299,45 (vinte e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos) para a realização dos serviços de atendimento e ações de educação permanente em urgência e emergência a população; o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável – CIDAS, com rateio de R\$ 12.448,80 (doze mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos) para o desenvolvimento ambiental sustentável e o Consórcio Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, repassando o valor no exercício de 24.271,92 (vinte e quatro mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos) para a execução de programas e ações no município.

Os gastos do município na participação em consórcios públicos representaram R\$ 65.020,17 (sessenta e cinco mil, vinte reais e dezessete centavos), ou seja, o percentual de 0,23% (zero inteiros e vinte e três centésimos por cento) do total de receitas orçamentárias.

## **18. Cumprimento dos prazos de encaminhamento de informações por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM**

O município procedeu, por meio de seus representantes legais do Executivo e Legislativo, o encaminhamento de informações pertinentes ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA e dados mensais referentes à execução orçamentária e financeira mediante o envio por meio do Portal SICOM, cumprindo os prazos e termos estabelecidos no § único do artigo 4º e do caput do artigo 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10/2011 do TCEMG.

O Controle Interno acompanhou a remessa de informações da Administração Municipal pelo SICOM durante o Exercício de 2021 e comprovou o cumprimento dos prazos de encaminhamento. Ressalta-se a importância e o esforço do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em desenvolver um sistema ágil, seguro e eficiente para a análise de dados, que propicie também alertar os gestores públicos sobre eventuais desvios e falhas, permitindo a análise e correção de forma mais rápida e principalmente obtendo êxito na importante missão de alavancar a transparência dos atos praticados e possibilitar a sociedade acesso e conhecimento para analisar e comparar onde e como estão sendo empregados os recursos do município.

### 19. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais ao Instituto Nacional do Seguro Social

Quadro 34

<b>DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS EXERCÍCIO DE 2021</b>				
<b>MÊS</b>	<b>OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSS (R\$)</b>	<b>OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R\$)</b>	<b>OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS A OUTROS ÓRGÃOS (FGTS) (R\$)</b>	<b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS (PAGAS) (R\$)</b>
JAN	0,00	0,00	0,00	0,00
FEV	147.589,93	0,00	0,00	147.589,93
MAR	257.239,44	0,00	0,00	257.239,44
ABR	142.645,76	0,00	0,00	142.645,76
MAI	8.104,24	0,00	0,00	8.104,24
JUN	145.173,79	0,00	0,00	145.173,79
JUL	148.045,07	0,00	0,00	148.045,07
AGO	151.449,79	0,00	0,00	151.449,79
SET	295.067,99	0,00	0,00	295.067,99
OUT	8.104,24	0,00	0,00	8.104,24
NOV	149.376,02	0,00	0,00	149.376,02
DEZ	433.124,99	0,00	0,00	433.124,99
<b>TOTAL</b>	<b>1.885.921,26</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.885.921,26</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

## 20. Avaliação do Inventário Anual

Através da Portaria nº 140 de 30 de dezembro de 2021 foi instituída uma Comissão Especial composta pelos servidores municipais: Antônio Renato de Góes CPF – 927.392.536-27, Bruno Francisco da Costa – CPF nº 117.107.596-07; Ediel Alberti – CPF 396.952.126-20; Francisco Volney Costa – CPF nº 001.414.586-81; Juliana Mariana César de Góes CPF 062.177.466-97 e Mara Heid Moreira da Rosa – CPF nº 086.924.606-21 para realizar o Inventário Anual referente ao ano de 2021.

Conforme o Boletim SICOM nº 8 de dezembro de 2019 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais foram encaminhados ao Controle Interno Municipal cópias da Certidão de Inventário Físico e Financeiro dos Valores em Tesouraria; da Certidão de Inventário Físico e Financeiro dos Valores dos Materiais em Almoxarifado; da Certidão de Inventário Físico e Financeiro dos Valores dos Bens Patrimoniais em Uso, Estocados, Cedidos e Recebidos em Cessão, inclusive Imóveis; da Certidão de Inventário Físico e Financeiro dos Valores de Passivo Circulante e Não Circulante e da Certidão de Inventário Físico e Financeiro dos Valores das Contas Representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos emitidos por essa comissão.

Em relação ao Inventário Anual realizado pela comissão sobre o aspecto físico e financeiro da tesouraria, dos materiais em almoxarifado, do passivo circulante e não circulante e das contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos não foram encontradas divergências demonstrando que as rotinas, procedimentos e controles estão surtindo efeito desejado.

Deve ser ressaltado que, embora não ocorrendo divergências encontradas em relação ao almoxarifado, a Administração Municipal ainda carece de algumas medidas para aumentar a segurança, otimizar o serviço e diminuir extravios e perdas. Uma medida que contribuiria nesse sentido seria a construção de um almoxarifado central, capaz de comportar todo o volume e estoque necessário para os setores municipais, juntamente a obrigatoriedade da utilização de requisições por escrito para a retirada dos produtos.

Com isso o acesso seria mais restrito, os materiais seriam estocados com maior organização e segurança e não seriam necessários os almoxarifados paralelos dos setores, que dificultam a apuração da real condição do estoque.

Em relação aos bens patrimoniais foram encontradas, durante levantamento por amostragem, divergências, em especial extravio do local de origem. Nota-se nesse sentido que os controles existentes cumprem parcialmente seu papel, pois os bens móveis são corretamente inventariados, possuem cadastro, são identificados e inscritos na carga patrimonial do setor e

do responsável, com arquivo contendo cópias dos empenhos e das respectivas notas fiscais.

Porém, no decorrer do tempo, constata-se que alguns bens são desviados de setores sem a devida informação e autorização.

Rotineiramente, em todo exercício, é emitida e distribuída a relação dos bens de cada setor para conferência pelos responsáveis e verificação de divergências. Como nos setores municipais os servidores já possuem atribuição específicas e na maioria das vezes não dispõe de tempo suficiente para realizar um levantamento preciso dos bens, seria interessante adotar como providência a designação de um funcionário para auxiliar o Setor de Materiais nessa tarefa, principalmente para a conferência nas áreas de saúde e educação, onde se encontram a maior parte do patrimônio municipal e a contratação de uma empresa especializada para a conferência de todos os bens, adequação do estado e valor (depreciação/valorização).

## 21. Parecer conclusivo

O processo de Prestação de Contas do Exercício 2021 foi examinado por este Controle Interno, o qual verificou que o mesmo se encontra devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 04/2017 do TCEMG e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Controle Interno da Prefeitura Municipal de Inconfidentes acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do Exercício de 2021.

Trabalhou-se de forma integrada junto ao Controle Interno da Câmara Municipal deste Município, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração pública.

Por meio dos acompanhamentos, relatórios mensais e do plano anual de auditoria interna realizados durante o exercício em referência, verificou-se os procedimentos administrativos desta entidade, sendo que, as recomendações apontadas foram, na sua maioria, objeto de ações, com vistas ao cumprimento das mesmas. Deve ser ressaltado que a implantação de um novo sistema, ocorrida ao final de exercício, para gerenciamento mais eficiente dos processos administrativos, demandou uma readaptação dos trabalhos realizados, exigindo, conseqüentemente, treinamento e maior tempo durante a execução de atividades, com certa dificuldade na obtenção de dados e informações.

Alguns procedimentos em relação ao patrimônio, controle de frotas e almoxarifados devem ser aprimorados, mas não comprometeram o bom trabalho desenvolvido pela Administração Municipal.

Finalmente, procedemos ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2021, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade da Administração Municipal. Verificou-se a Avaliação do Cumprimento das Ações e Metas Estabelecidas no PPA e LDO, Avaliação da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Comparativo do Balanço Patrimonial, a Demonstração da Dívida Flutuante, a Demonstração dos Devedores Diversos, a Demonstração da Dívida Fundada, a Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, o Inventário Geral Analítico, o Demonstrativo das Operações de Crédito, Inscrição de Despesas em Restos a Pagar, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB, Aplicação e o Parecer Conclusivo do Conselho do FUNDEB, o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, o Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, a Origem e a Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos, o Demonstrativo

dos Limites de Repasses ao Poder Legislativo, a Aplicação de Recursos a Entidades de Direito Privado, as Medidas Adotadas para Proteger o Patrimônio Público, a Realização de Sindicâncias, Processos Administrativos, Disciplinares e Tomadas de Contas Instauradas, a Participação do Município em Consórcio Público, o Cumprimento dos Prazos de Encaminhamento de Informações ao SICOM, as Despesas Pagas a Título de Obrigações Patronais, a Avaliação do Inventário Anual e demais demonstrações contábeis.

Em minha opinião, as demonstrações contábeis e as informações acima referidas representam, em todos os aspectos legais, a posição patrimonial, financeira e operacional da Prefeitura Municipal de Inconfidentes e Câmara Municipal em 31 de dezembro de 2021, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas apta para ser aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Assim concluo que a Prestação de Contas do Exercício 2021 da Prefeitura Municipal de Inconfidentes está regular em todos os aspectos legais e manifesto pela sua aprovação.

Inconfidentes, 28 de março de 2022

Marçal Costa Tunes  
Controle Interno  
CPF: 984.354.266-53